

Atendimento a motociclistas acidentados bate recorde no HC-SP

A internação de motoqueiros representa metade dos atendimentos de traumas no Hospital das Clínicas de São Paulo, e custa cerca de R\$ 100 milhões por ano ao Estado

Das 300 vítimas de acidentes de trânsito que passaram nos últimos três meses pelo pronto-socorro do Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, ligado à Secretaria de Estado da Saúde, 148 pilotavam ou estavam na garupa de uma motocicleta. Os demais pacientes transitavam em veículos automotores, bicicletas ou outros meios de transporte. Os números mostram ainda que 81% das vítimas de acidentes de moto eram do sexo masculino e 19% do sexo feminino.

De acordo com Júlia Greve, fisiatra do IOT, o atendimento a vítimas de acidentes de trânsito tem diminuído no pronto-socorro, com exceção dos que envolvem motociclistas. Projeções da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet) indicam que 30% das mortes em acidentes de trânsito envolvem esse tipo de condutor. Segundo a Abramet, a morte de motociclistas é a única que continua aumentando, ao longo do tempo, no Brasil. As demais categorias - pedestres, ciclistas, passageiros de veículos

e outros - permanecem estáveis ou sofreram redução nos últimos dois anos.

Anualmente, cerca de R\$ 100 milhões são investidos pelo Instituto de Ortopedia do HC exclusivamente para recuperar motociclistas. "São pacientes que, nos primeiros seis meses de internação, custam cerca de R\$ 300 mil ao Hospital, entre cirurgias, internação em UTI, ocupação de enfermagem, medicamentos, e outros procedimentos", relata Greve, citando estatística do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Do ponto de vista da saúde, as motocicletas travam uma guerra urbana dentro da cidade de São Paulo.

Para a fisiatra, a moto não é uma boa opção para melhorar as condições de trânsito nas grandes cidades. "São veículos que transportam no máximo duas pessoas e contribuem para poluição sonora e do ar." Ela ainda lembra que, em Nova York e outras grandes cidades europeias, o sistema de entregas rápidas ou delivery, por meio de motos, é proibido por lei.